

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Évora**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de **225.082.342,16 €** e um total do património líquido de **146.405.847,93 €**, incluindo um resultado líquido negativo de **3.416.939,95 €**), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações do património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção Bases para a opinião com reservas as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município de Évora**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

Relativamente os ativos fixos tangíveis e outros recebidos no âmbito da transferência de competências na área da Educação, o Estado até então detentor dos bens objeto de transferência, não forneceu dados que possibilitassem o registo dos bens recebidos pelo Município. Nestes termos, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o verdadeiro impacto que esta matéria possa vir a ter nas demonstrações financeiras, pelo que não nos pronunciamos sobre a referida matéria e suas implicações.

O processo de averiguações efetuado à tesouraria do Município, encontra-se entregue às autoridades judiciais, para além de processo de averiguações disciplinares interno. Apuraram-se factos que impactam nas demonstrações financeiras a todos os níveis, a saber: ativos (Meios financeiros líquidos), passivos (Outras contas a pagar e Provisões), rendimentos (Taxas, Vendas e Prestações de Serviços), gastos (registo de despesas financeiras) e consequentemente nos resultados. A averiguação da dimensão destes impactos na sua integralidade está em curso, nomeadamente pelos processos acima referidos.

A acrescer a este facto, as reconciliações bancárias do exercício de 2023, não estão concluídas, por um lado por via dos efeitos detetados no ano anterior, por outro por via dos movimentos do exercício de 2023, que não permitiram a conciliação de todos os movimentos em processo.

Apesar das mudanças operadas, a falta de controlo interno ainda se apresenta com elevado risco de exposição e responsabilidade. Pelo exposto, estas situações configuram limitações ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfases

Nos termos e no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços e decorrente da reserva efetuada na Certificação Legal das Contas, relativa ao exercício de 2022, o Município, no decurso do exercício de 2023, obteve a informação necessária para o registo contabilístico dos ativos em concessão atribuídos à E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A (anteriormente designada de EDP Distribuição – Energia, S.A.), conforme referido na nota 4 do anexo. O reconhecimento e atualizações destas concessões requer um trabalho contínuo nos exercícios económicos futuros.

A entidade apresenta os resultados por funções e atividades nos termos da NCP27 – Contabilidade de Gestão, carecendo, no entanto, de melhorias a desenvolver no futuro, nomeadamente ao nível das divulgações necessárias à aplicabilidade da norma.

A nossa opinião não é modificada quanto a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



**ROSÁRIO CARVALHO  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do **Município de Évora** que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **63.799.966,86€**), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de **62.097.741,52 €**) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade.

A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, tendo em atenção os possíveis efeitos das matérias referidas na secção Bases para a opinião com reservas do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e orçamentais auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Évora, 22 de abril de 2024

**Rosário Carvalho & Associados, SROC, Lda.,**  
representada por Andreia Isabel Inácio Teles  
ROC n.º 1503 - Registo CMVM n.º 20161113